



## DA ESCOLA ESPECIAL AO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: OLHARES EM MOVIMENTO

Adriana Marques<sup>1</sup>

Carla K. Vasques<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente texto tem por tema a implementação das políticas inclusivas de educação especial. Para tanto, analisa o processo de transformação de uma escola especial em um centro de atendimento educacional especializado. Trata-se de um estudo qualitativo realizado a partir de análise documental e de entrevistas semidirigidas no ano de 2012, em um município da região metropolitana de Porto Alegre/RS. A “Abordagem do Ciclo de Políticas” baliza o caminho teórico-metodológico. Como resultados, percebe-se que tal processo constituiu-se em um movimento rápido, sem muito planejamento, centrado no espaço especializado e não nas escolas comuns. Tal fragmentação manifesta as disputas, os recuos e os avanços frente às demandas da inclusão escolar, bem como a complexidade de se gestar um sistema inclusivo. Movimentos que buscam, ao fechar e abrir portas, constituir novas configurações sobre a diferença e a igualdade no âmbito educacional.

**Palavras-chave:** Educação especial. Políticas inclusivas. Centro de atendimento educacional especializado.

### FROM SPECIAL SCHOOLS TO SPECIALIZED CARE CENTERS: LOOKS ON THE MOVE

### ABSTRACT

The content of this text is the implementation of inclusive special education policies. It analyzes the process of transformation of a special school in a specialized educational service center. This is a qualitative study carried out from documentary analyses and semi-directed interviews done in 2012 in a city of the metropolitan region of Porto Alegre/RS. The "Policy Cycle Approach" orients its theoretical-methodological path. As a result, it may be observed that such process is a quick movement, without much planning, focused on specialized services and not on regular schools. Such fragmentation shows disputes, setbacks and advances against the demands for school inclusion as well as the complexity to provide an inclusive system. Movements which seek, in closing and opening doors, to constitute new settings on “difference” and “equality” in education.

**Keywords:** Special education. Inclusive policies. Specialized educational service centers.

---

<sup>1</sup> Pedagoga/UFRGS. Especialista em Educação Especial e Processos Inclusivos /UFRGS. Professora Concursada/RS. Av. Paulo Gama s/n – Prédio 12201 – 7º andar sala 700-11. POA/RS. E-mail: <adri.ufrgs@gmail.com>.

<sup>2</sup> Doutora em Educação/UFRGS. Professora do PPGedu/UFRGS. Av. Paulo Gama s/n – Prédio 12201 – 7º andar sala 700-11. POA/RS. E-mail: <k.recuero@gmail.com>.



O presente trabalho aborda a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), sobretudo no que se refere aos serviços especializados. Como foco, tem-se o processo de transformação de uma Escola Especial em Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE). Quais as influências e as tendências presentes neste processo? Quando e como iniciou a construção do texto político que transforma um espaço substitutivo à escola comum em um lugar destinado a apoiar a inclusão escolar de alunos com deficiência? Quais os grupos implicados nesta transformação? Houve uma participação ativa dos profissionais envolvidos? O direito à educação, pressuposto das diretrizes inclusivas, foi ressignificado neste movimento?

Tendo por base tais questões, realizamos um estudo qualitativo no ano de 2012, em um Município da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Como procedimentos teórico-metodológicos, historicizamos a educação especial nos âmbitos nacional e local; identificamos diretrizes, programas e ações; realizamos entrevistas e analisamos documentos orientadores e normativos. Inspirados na Abordagem do Ciclo de Políticas (MAINARDES, 2006), acreditamos que as perspectivas macro e micro políticas estão inter-relacionadas, não tendo uma dimensão sequencial, linear. Cada um dos âmbitos estudados - escola especial, rede de ensino, decretos, leis, sujeitos, etc. - constituem arenas, lugares e grupos de interesse, e cada um deles envolve disputas e embates. Assim, não se trata de apresentar o processo de implementação a partir de uma relação de causa e efeito, mas de compreender as interfaces entre o texto e as realidades sociais que a “letra da lei” instaura e recorta. Trata-se também de articular diferentes interpretações e temporalidades constitutivas de um momento ímpar para o campo da educação especial. O presente texto apresenta alguns destes olhares e movimentos...

## **DO GLOBAL AO PARTICULAR: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEUS INFLUXOS NO ÂMBITO LOCAL**

Em cada momento histórico, as formas de compreender e educar o outro considerado diferente são ressignificadas a partir dos contextos sociais, políticos e culturais. Concepções sobre normalidade e anormalidade, educabilidade e ineducabilidade, entre outras,

modificam-se, influenciando a organização dos serviços e as relações entre sujeitos e instituições. Nesse processo, a escola é uma das principais instâncias para instituir instrumentos e propostas que justifiquem as desigualdades e as igualdades.

A educação especial no contexto brasileiro pode ser compreendida a partir deste movimento (JANUZZI, 1992). Na década de 60, por exemplo, aconteceu no território nacional a maior expansão no número de escolas do ensino especializado. Já na década de 70, teve-se a criação do Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, a fim de planejar as políticas públicas nacionais.

Na esteira deste movimento localizaram-se as primeiras ações no Município investigado. Segundo o Decreto Municipal nº 382/77, a partir do ano letivo de 1975, um grupo de pais reivindicou a criação de uma escola especial para atender alunos considerados excepcionais<sup>3</sup>.

Tal ato pode ser compreendido considerando que, no período entre os anos 70 e 80, pesquisadores e documentos legais indicavam a necessidade de institucionalização dos diferentes, compreendidos como deficientes, em espaços especializados. As práticas pedagógicas organizavam-se a partir de um modelo de atendimento clínico, ocorrendo, principalmente, em escolas exclusivamente de educação especial (GLAT; FERNANDES, 2005).

A partir das décadas de 80 e 90, novos horizontes se esboçaram. Neste movimento, a Constituição Federal (1988), a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), compreendem a inclusão social e escolar das pessoas com deficiência passou como um ideal a ser construído, perseguido (SARDAGNA, 2009).

No âmbito local, a Rede Municipal de Ensino e o Conselho Municipal de Educação criaram uma agenda política que repensava o papel, o lugar e as relações entre a educação e a educação especial. Nesse movimento, a principal instituição de educação especial era tensionada em relação aos seus princípios e funcionamento. Contudo, ainda na década de 2000, por exemplo, a referida instituição permitia somente matrícula de alunos com Síndrome de Down, associada ou não a deficiência mental, com controle esfínteriano e não cadeirante. Como pensar a inclusão escolar, a construção de um sistema inclusivo, quando situações como estas se faziam ainda tão presentes no contexto municipal?

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em

---

<sup>3</sup> Termo usado na época.

2008, inscreveu novos caminhos no campo e nos serviços da educação especial. Entre as principais modificações, tem-se a reinterpretação do atendimento educacional especializado (AEE) como complementar ou suplementar, não mais como substitutivo, como previsto na Política de 1994. Tal diretriz foi fundamental no processo investigado e aqui relatado. De suas linhas, imprimem-se os contextos que determinam as transformações esboçadas no Município.

Outra premissa importante da Política Nacional de 2008 é a educação especial em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, sendo o atendimento educacional especializado (AEE) aspecto constitutivo do processo educacional. As atividades desenvolvidas neste serviço diferenciaram-se daquelas realizadas em sala de aula, não sendo substitutivas à escolarização. Tal aspecto deve ser sublinhado, a fim de se compreender o impacto na organização dos serviços em âmbito local.

Considerando o impacto das diretrizes inclusivas no âmbito local, a Assessora de Inclusão do Município, afirma:

O RS foi um dos estados que mais resistiu às mudanças de “quebra” da Escola Especial e o nosso município relutou por muito tempo. Até foi discutido em outros momentos, mas ficava só no debate... não, se efetivava na prática. A partir do ano passado (2011) a própria pressão da política do MEC fez com que chegássemos ao ponto de que as coisas deveriam mudar... Por isso a criação do Fórum<sup>4</sup>.

*Ponto onde as coisas deveriam mudar...* Os Fóruns para a implementação das diretrizes inclusivas e transformação da Escola Especial “L” em Centro de Atendimento Educacional Especializado passaram a ocupar um lugar fundamental na construção de uma nova perspectiva em relação à educação e à educação especial. Arenas de disputas e tensionamentos, tais espaços foram estabelecidos no ano de 2011 e eram constituídos por gestores, profissionais da escola especial e familiares.

Do global ao local, abordaram-se algumas das influências que teceram as políticas públicas de educação especial na história recente. Neste movimento, percebemos que as diretrizes inclusivas tensionam serviços e concepções. Tais diretrizes sustentam-se a partir de

---

<sup>4</sup> No presente estudo foram resguardados os nomes dos sujeitos e das instituições envolvidos, conforme as diretrizes éticas de pesquisa.

ideais de atenção à diversidade humana, bem como aos direitos à educação, à igualdade e à diferença. As interpretações, contudo, divergem, sendo muitas e contraditórias as formas de pensar e fazer educação. No sentido de contemplar a complexidade destas relações e, sobretudo, o processo de implementação em um contexto específico, serão abordados aspectos relacionados ao Município investigado e *sua* Escola Especial.

### **A IMPLEMENTAÇÃO DE UM CAEE, DISCURSOS EM MOVIMENTO...**

O Município em questão foi criado por uma lei estadual em 9 de novembro de 1965 e instalado em 15 de maio de 1966. Desde a década de 70, é uma das regiões gaúchas com maior crescimento populacional, possuindo um dos principais centros industriais do estado (KOECHER, 1998).

Quanto ao campo escolar, segundo informações disponibilizadas no Portal da Prefeitura, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) acredita que a valorização do educando e a socialização com o outro e com o saber científico devam possibilitar a construção de um currículo flexível, emancipatório e articulado com as diversas áreas do conhecimento. Por ser a escola uma instituição social que intervém na realidade, deve estar conectada com as questões mais amplas da sociedade e com os movimentos de defesa da inclusão social e do respeito à diversidade étnica e cultural. Tem-se por ideal uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente justa.

Cumprindo a Lei 8.069/1990, artigo 54, parágrafo primeiro, o Município priorizou o Ensino Fundamental, onde se encontram a grande maioria dos alunos. São 20 escolas, conforme apresentado na tabela a seguir:

**TABELA 1 - Número de Escolas Municipais**

<b>ESCOLAS</b>	<b>Educação Infantil</b>	<b>Educação Fundamental</b>	<b>Ensino Médio</b>	<b>Total</b>
	11	20	0	31

Fonte: Censo Escolar 2011 - INEP

Considerando a totalidade de matrículas no ano de 2011 (10.969), as modalidades e

etapas de ensino, tem-se a seguinte configuração:

**TABELA 2 - Número de Alunos Matriculados**

Escolas	Educação Infantil		Educação Fundamental		Educação Especial (Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)			
	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais
	563	568	5716	3899	6	14	124	78

Fonte: Censo Escolar 2011 - INEP

A SMED, em conformidade com o Decreto 6.571/2008, afirma a intenção de ampliar a inclusão escolar. Nesse movimento, em 2012, a Rede passou a contar também com 10 salas de atendimento educacional especializado, atendendo cerca de 390 alunos com deficiência. A fim de compreender a complexidade deste movimento, bem como seus influxos no atual momento, acredita-se na importância de se retomar a historicidade da Escola Especial do/no Município em questão.

### **ESCOLA ESPECIAL “L”: UMA HISTÓRIA DE 34 ANOS**

Em março de 1975, professores e pais de um tradicional grupo escolar solicitaram o desmembramento do Serviço de Educação Especial em uma escola especial. Dois anos depois, em 15 de abril de 1977, em um pavilhão com cinco salas de aula, nascia a Escola Especial “L”. Como objetivo, incentivar o crescimento e as ideias dos alunos deficientes mentais. Buscava-se um despertar para a própria sociedade, onde as pessoas com deficiência também mostrariam suas capacidades, quando uma nova forma de percebê-los seria possível.

Ao longo dos anos, esta instituição ocupou espaço central e estratégico na Rede Municipal e no contexto da educação especial do Rio Grande do Sul, servindo de referência para outros serviços especializados. Atentos às inovações educacionais, em 2005 a escola reformulou sua proposta pedagógica e o seu regimento, passando a ser ciclada. Os quatro ciclos foram organizados da seguinte maneira: educação infantil, educação infanto-juvenil, educação de jovens e adultos e educação terapêutica. Os alunos ingressariam a partir dos 4

anos e 11 meses e permaneceriam até, no máximo, os 21 anos. A escola matriculou alunos com diferentes síndromes, associadas ou não a deficiência mental, alunos com transtorno global do desenvolvimento, psicóticos e autistas. Em sua caminhada, passou também a encaminhar alunos considerados “leves” para as escolas comuns.

Como foi dito, em seus 34 anos de existência, a Escola Especial “L” foi pioneira ao preocupar-se e promover a inclusão dos alunos na escola comum; ao divulgar o trabalho desenvolvido e, principalmente, ao aproximar escolarização e espaços especializados. Além dos profissionais, participavam deste movimento os familiares e demais envolvidos da sociedade. Conforme Baptista (2009):

A certeza é de que esse movimento de reinvenção da educação especial tem constituído, no pensamento pedagógico, um olhar dirigido aos sujeitos da educação especial que tende a ser menos individual na busca de suas determinações, favorecendo que vislumbremos redes de causalidade mais complexas, plurais, coletivas, sociais e sistêmicas. (BAPTISTA, 2009, p. 25).

A partir das entrevistas e da análise documental compreendemos que a Escola Especial “L” já construía, desde 2005, o que política determinou em 2008. Percebe-se este direcionamento, principalmente, na mudança do/no grupo de alunos atendidos e nas parcerias com a rede regular e a comunidade local. Segundo relato de uma educadora especial havia uma aposta pedagógica nos sujeitos, encaminhando-os à escola comum, forçando uma releitura da educação especial, que deixava de ser um espaço protegido, segregado. Contudo, tal movimento implica resistências, impasses e enfrentamentos.

### **EM DIREÇÃO AO CMAEEL...**

No final de 2010, os profissionais que atuavam na Escola Especial “L” propuseram, nas horas de estudos, um grupo a fim de debater os rumos institucionais no município. O grupo foi composto por pais, professores, funcionários, gestores, diretores de escolas regulares e representantes da educação infantil. É o que nos relatou uma das entrevistadas:

No final de 2010 aconteceram as primeiras discussões, com um representante de cada setor. Isso foi muito legal, traziam as questões de

estrutura, espaço físico, transporte... A primeira pergunta: aonde iriam os alunos matriculados na escola especial!? Que fosse gradativo, onde o profissional da escola e SAE [Sala de Atendimento Educacional Especializado] pudessem dialogar. (Entrevista realizada pelos autores, 2012).

Ocorreram diferentes diálogos sobre o período de transitoriedade de Escola Especial para CAEE, conforme outra professora especializada:

No ano de 2011 ocorreu à transição de Escola para Centro tendo iniciado o ano com turmas de jovens no turno da manhã, no sistema de rotatividade nas oficinas, porém ao final da sondagem observou-se que os alunos desestruturavam-se, pois ainda necessitavam de rotina e vínculo com um profissional, às oficinas ainda estavam sendo organizadas, permanecendo no sistema de turmas enquanto a estrutura de ciclo estava sendo formada. (Entrevista realizada pelos autores, 2012).

Na fala de outra profissional da mesma instituição:

Me surpreendeu quando o Município assumiu a perspectiva da educação inclusiva...O professor também tem que ter suportabilidade. O compromisso é maior para todos, todos os espaços públicos. Toda a escola tem estar discutindo inclusão. Percebe-se um que é um começar... engatinhar...e é necessário muito suporte. O aporte para as escolas precisa ser maior para o sistema de ensino que pretende ser inclusivo. (Entrevista realizada pelos autores, 2012).

Segundo a Ata de uma das reuniões do Fórum, a diretora de uma escola comum relatou:

A inclusão na rede está sendo muito difícil e com grandes problemas. A diretora colocou sobre a importância da formação continuada para a rede com temas específicos sobre inclusão. É importante que o fórum faça algumas deliberações para iniciar o estudo do PPP e regimento. (Entrevista realizada pelos autores, 2012).

Em 2012 a Escola Especial “L” dá lugar ao Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE “L”). No texto legal que institui este fechamento e abertura de portas, é salientado o direito das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Concebe-se a deficiência como resultante da

interação das limitações física, intelectual ou sensorial com as barreiras ambientais e atitudinais. Desta complexa relação entre sujeito e sociedade emanam as (im)possibilidades de participação na sociedade. O CMAEE “L”, como outrora fora da Escola Especial “L”, passa a ocupar um lugar estratégico na construção desta realidade, via atendimento educacional especializado complementar e não mais substitutivo. Tal espaço tem ainda como função a organização e a disponibilização de recursos e serviços pedagógicos e de acessibilidade para os alunos da educação especial; promover interface com as escolas de ensino comum; fornecer apoios necessários à participação e as aprendizagem; atuar na formação continuada.

Para gestores e professores entrevistados, trata-se de consolidar um sistema municipal inclusivo. Conforme as diretrizes, o Centro será um espaço educacional multidisciplinar, com fonoaudióloga, psiquiatra, psicóloga e educadoras especiais que atendem sujeitos com múltiplas deficiências, transtornos e síndromes. Os profissionais da saúde não realizam atendimento clínico e sim acompanhamento dos alunos e dos educadores.

Os alunos oriundos da Escola Especial foram encaminhados às escolas da Rede. Entretanto, nem todos foram matriculados na escola comum. Setenta e um alunos estão matriculados, mas frequentam somente o CAE. Uma das entrevistadas, educadora que atuou muito tempo na Escola Especial, disse: “Em 2011 a discussão começa a ficar mais clara. Alguns alunos com suportabilidade e idade irão frequentar o ensino regular. Os outros ficarão só no Centro.” Perguntamo-nos: Que concepção vigora nestes encaminhamentos? Tais movimentos implementam de fato o direito à educação para todos, ou somente para àqueles considerados suportáveis?

A mesma educadora especial revelou sua preocupação sobre os verdadeiros espaços e a idade para que todos os alunos sejam incluídos:

Penso que não havia um amadurecimento dos profissionais da rede para acompanhar este processo. Onde está o espaço real para alguns alunos que não estão no ensino regular?! Faltam profissionais, “pernas” para que de fato todos sejam frequentadores do ensino regular.

O trabalho não é fácil. É de um compromisso muito grande, tanto do Centro como da Escola Regular. (Entrevista realizada pelos autores, 2012).

Mudaram-se os espaços. Inscreveram-se outros caminhos da educação especial no âmbito local. Neste processo de implementação, grande parte dos alunos tiveram matrícula garantida na escola regular, mas frequentam somente o CMAEEL. Como compreender e alterar esta situação? Como o poder público municipal pretende garantir o acesso? E a permanência do aluno deficiente na escola com aquisição de conhecimentos? Como professores e gestores pretendem sustentar os processos de escolarização para todos os alunos? A reinvenção dos espaços alterou olhares e leituras mais excludentes?

São muitas as questões a serem investigadas. Poucas são as respostas. Todas provisórias. A implementação das diretrizes inclusivas encontra-se em processo. O texto político estabelece contornos de uma realidade cuja qualidade se joga na arena das disputas, resistências e embates. Nesse movimento, a letra da lei não circunscreve completamente as possibilidades do acontecimento. Como letra, implica leitura. E, como leitura, implica abertura e inscrição de sentidos: novos olhares e movimentos...

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente texto buscou compreender os contextos e as influências constitutivas do processo de transformação da Escola Especial “L” no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado “L” (CMAEEL), em um município da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Para tanto, a Abordagem do Ciclo de Políticas, conforme Mainardes (2006), ofereceu as lentes analíticas.

Compreendemos que o Município, na assunção das diretrizes inclusivas, toma a letra da lei como disparadora da inclusão escolar. Este processo efetiva-se rapidamente e, podemos dizer, sem muito planejamento: ocorreram três Fóruns ao longo do ano de 2011 e, com base nestas discussões, decidiu-se fechar a Escola Especial, transformando-a em um Centro de Atendimento Educacional Especializado. Tal processo implicou não somente a transformação dos espaços, mas a resignificação do direito à educação de todos?

Centrado na Escola Especial e sem incluir as escolas comuns, observamos a permanência de um olhar fragmentado, restrito aos “espaços especializados”. Sabemos das dificuldades de gestar e implementar as diretrizes inclusivas. Conhecemos os documentos e

suas recomendações: a importância da formação inicial e continuada de professores, da acessibilidade aos espaços e aos currículos. Como construir e efetivar tais situações na concretude das escolas? Considerando as pesquisas e as teorias que se debruçam sobre o tema, um primeiro passo parece ser interrogar a forma como sistema educacional se organiza. Posteriormente, é importante desestabilizar algumas certezas, propor o diálogo e ser firme em relação ao direito à educação.

Acreditamos que tais movimentos são iniciais no contexto investigado. Trata-se de um primeiro tempo. Tempo recente e ainda frágil. Um movimento que busca, ao abrir as portas do CMAEEL, constituir novas configurações sobre a diferença e a igualdade no âmbito municipal. Quais os efeitos deste processo? Como se efetivará a inclusão escolar na Rede? Perguntas para outros tempos de pesquisa, para novos e atentos olhares em movimento...

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C.R. A Política Nacional de Educação Especial no Brasil: passos para uma perspectiva inclusiva? In: Lúcia de Araújo Ramos Martins et al. (Org.) **Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos**. Natal, RN: EDUFRRN-Editora da UFRN, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (versão atualizada, com emendas constitucionais). Disponível em: <<http://www.legislação.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 Março 2012.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília. MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, MEC/SEESP, 2008.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. MEC / SEESP: **Revista Inclusão**, vol. 1, n. 1, 2005.

JANUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez/Autores Associados, 1992.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para análise de políticas educacionais. *Educ. Soc.* 27(94): 47-69, 2006

SARDAGNA, H.V. **Práticas Normalizadoras na Educação Especial:** da institucionalização do anormal à inclusão escolar. Disponível em:  
<<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT15-5510--Int.pdf>>. Acesso em: 15 Março 2012.